

ATA NÚMERO 391/XII/4.ª SL

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2015, pelas 13:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do relatório da audição da personalidade indicada para Governador do Banco de Portugal, elaborado nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro – Lei Orgânica do Banco de Portugal.
Relator: Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).
2. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 866/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada.
3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV) – Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.
4. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.ª (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]
5. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.ª (BE) - Defende o futuro da CP carga.
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]
6. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1501/XII/4.ª (PS) - Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.^a (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.
8. Apreciação e votação do Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Presidente da CMVM sobre a situação dos detentores de papel comercial e outros produtos financeiros comercializados pelo BES.
9. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a Deputados do Parlamento Federal Alemão e à ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais.
10. Informação sobre a participação do Presidente da Comissão no Seminário para Deputados e Analistas do Orçamento e outros Técnicos do Parlamento Nacional de Timor-Leste.
11. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação do relatório da audição da personalidade indicada para Governador do Banco de Portugal, elaborado nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro – Lei Orgânica do Banco de Portugal.

Relator: Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) para apresentar o relatório da audição efetuada ao Dr. Carlos da Silva Costa, para os efeitos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro – Lei Orgânica do Banco de Portugal. Após a apresentação do relatório, interveio o Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS), que declarou entender que se está a discutir e votar uma ata quando a lei pede um relatório. Defendeu que este não é o espírito da lei.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) saudou o Senhor Deputado relator e defendeu que o presente modelo é o mais fiel à alteração legislativa de que foi alvo a Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro. Ir mais além, sustentou, significaria uma maior subjetividade do documento, acrescentando que este relatório está na linha do efetuado para a audição para a nomeação para vice-presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) também considerou este modelo de relatório de acordo com a lei, salientando o seu carácter descritivo e lembrando, também, que o modelo é semelhante ao utilizado para a audição da Dr.^a Gabriela Figueiredo Dias.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) declarou que o modelo utilizado é adequado, mas defendeu que não é incompatível que o relatório mencione o pedido de informações efetuado pelo PS e a resposta (ou falta dela) por parte do Banco de Portugal, propondo que se acrescentasse este elemento.

Interveio de seguida o Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) para defender que a transcrição da audição não invalida que se realizasse um texto com os aspetos essenciais discutidos na audição, corroborando, também, a proposta do PCP.

O Senhor Presidente realçou que o documento remetido pelo Banco de Portugal se refere às questões levantadas pelo PS, constantes das páginas 25 e seguintes da transcrição da audição, questionando o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD), como relator, se o relatório não deveria referir aquele documento, até tendo em conta que este não resolve as questões levantadas na audição.

O Senhor Presidente defendeu ainda que deverá ser solicitado um parecer à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, uma vez que o Banco de Portugal, no documento remetido à Assembleia da República, efetua apreciações sobre as competências das comissões parlamentares, o que poderá consubstanciar uma violação do princípio da separação e poderes. O Senhor Presidente manifestou também o seu desagrado por aquilo que considerou uma ingerência do Banco de Portugal nas competências da Assembleia da República.

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) considerou que a referência ao pedido do PS e à resposta do Banco de Portugal não devem constar do relatório, defendendo que estas são questões laterais. Afirmou também que não é frequente que o relatório contenha a opinião do relator e que o PS pretende desvalorizar o relatório.

Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) lamentou que seja frequente, na sua opinião, o argumento de que o PS, quando levanta questões, pretende apenas colocar obstáculos, lembrando que, inicialmente, era o PS o responsável pela elaboração do relatório. Sustentou que é importante perceber como vê o candidato a Governador do Banco de Portugal as relações desta instituição com a Assembleia da República, acrescentando que, caso não se faça qualquer referência ao pedido do PS e à resposta do Banco de Portugal, o PS votará

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

contra. Informou ainda que o PS vai solicitar à CADA o acesso ao relatório pedido ao Banco de Portugal.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) interveio de seguida, declarando que não pode concordar com a posição do Senhor Deputado relator, salientando que há factos para além da audição e que ficam fora do relatório, nomeadamente a resposta do Banco de Portugal ao pedido do PS. Caso o documento não seja anexado ao relatório, notou, não se retirará do mesmo toda a informação disponível, não permitindo que se compreenda tudo o que se passou de relevante na audição. Referiu que o Senhor Deputado relator não tem que emitir opinião e solicitou aos GP's de PSD e CDS-PP que ponderem anexar a resposta do Banco de Portugal ao relatório.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) lembrou que o relatório iria ser votado na reunião do dia anterior, sendo que, até esse momento, não havia resposta. Perguntou ao Senhor Deputado relator, de seguida, se, para haver mais votos favoráveis, consideraria anexar ao relatório a resposta do Banco de Portugal. No que toca às consequências da resposta, solicitou que seja agendada para a próxima reunião a discussão de uma resposta ao documento remetido pelo Banco de Portugal.

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) mostrou-se disponível para integrar a resposta do Banco de Portugal como anexo.

O Senhor Presidente comunicou que dirigirá a Senhora Presidente da Assembleia da República as preocupações que tem face à resposta do Banco de Portugal.

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) referiu que o PCP votará a favor do relatório, propondo que se mencione a existência de um anexo.

O Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) congratulou-se com a junção ao relatório da resposta do Banco de Portugal e referiu que o PS se absterá por não concordar que o relatório seja, na sua opinião, somente uma ata.

O relatório foi submetido a votação, sendo aprovado com os votos a favor de PSD, CDS-PP e PCP e a abstenção do PS, verificando-se a ausência do BE.

2. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 866/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Comissão procedeu à discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 866/XII/4.ª \(PSD/CDS-PP\)](#). O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) interveio para ler uma declaração de voto do GPPS, a qual consta como anexo ao relatório de votações.

O registo das propostas de alteração, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da iniciativa.

- 3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV) - Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014.**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião, em virtude do início dos trabalhos da sessão plenária.

O Senhor Presidente concordou e propôs, sem que se manifestassem reservas, que os restantes pontos fossem também adiados para essa reunião

Não foram suscitados outros assuntos.

Nestes termos, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos.

A reunião foi encerrada às 14:23 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2015

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
Paulo Sá
Pedro Nuno Santos
Vera Rodrigues
Catarina Marcelino
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Pedro Filipe Soares
Sónia Fertuzinhos
Vieira da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Conceição Bessa Ruão
Fernando Virgílio Macedo